

Sumário

Editorial.....9

DOCTRINA

ARTIGOS

La protección del suelo: un reto para las administraciones públicas

Aitana De la Varga Pastor 13

- 1 Introducción al concepto de suelo como elemento ambiental..... 13
- 2 Aproximación al concepto de suelo contaminado 16
- 3 Las competencias legislativas en materia de suelos contaminados 27
- 3.1 En la Unión europea y en el Estado español 27
- 4 Las competencias ejecutivas en materia de suelos contaminados 29
- 4.1 En la Unión europea..... 29
- 4.2 En la Administración General del Estado 29
- 4.3 En la Administración autonómica..... 30
- 4.4 En la Administración local..... 32
- 5 Conclusiones..... 37
- Bibliografía 38

El urbanismo comercial en el ordenamiento jurídico español: de la transposición de la directiva de servicios al impacto de la ley de garantía de la unidad de mercado

Marina Rodríguez Beas 41

- 1 Introducción..... 41
- 2 El principio de libertad de establecimiento 43
2. La transposición al ordenamiento jurídico español del principio de libertad de establecimiento en la normativa de ordenación del comercio minorista 44
- 2.2 El impacto de las últimas reformas de la normativa estatal sobre el principio de libertad de establecimiento..... 46
- 3 La protección medio ambiental y la ordenación territorial y urbanística como razones imperiosas de interés general..... 49
- 3.1 Criterios de interpretación de las razones imperiosas de interés general: principio de necesidad y de proporcionalidad 51
- 4 El principio de eficacia en todo el territorio nacional..... 55
- 5 Conclusiones..... 59
- Bibliografía 62

Algunos aspectos de los contratos administrativos, desde la mirada del Nuevo Código Civil y Comercial de la Republica Argentina

Raquel Cynthia Alianak 65

- 1 Parte general. Art. 1. Fuentes y aplicación..... 69
- 2 En torno a la imposibilidad de cumplimiento..... 69
- 3 Libro III derechos personales 70

3.1	La buena fe	71
3.2	En torno a la prelación normativa, en materia contractual	72
3.3	En materia de integración del contrato	73
3.4	En torno al pago de las obligaciones, y su aplicación al contrato, y en particular, a los contratos administrativos	73
3.5	En torno al tiempo del pago	75
3.6	Los contratos de larga duración	77
3.7	La necesidad de la existencia de la causa del contrato durante el transcurso de todo el iter contractual	78
3.8	La suspensión de cumplimiento y fuerza mayor. Arts. 1031 y 1032	78
3.8.1	La "excepción de incumplimiento contractual" del art. 1201 del Código Civil derogado ..	79
3.8.2	El actual art. 1031 del Código Civil y Comercial. La suspensión de cumplimiento	80
3.9	La tutela preventiva	82
3.9.1	En el moderno derecho de los contratos se reconoce a una parte el derecho de suspender su propio cumplimiento, también cuando la otra parte	82
3.9.2	Veamos entonces cómo quedó redactado el instituto de la tutela preventiva en el Código Civil y Comercial de la Argentina	82
3.10	El principio de conservación del contrato. Art 1066	84
3.11	En el supuesto de expresiones oscuras (art. 1068) en los contratos a título oneroso, de persistir dudas a pesar de todas las reglas de interpretación anteriormente analizadas, deberá estarse "al sentido que produzca un ajuste equitativo de los intereses de las partes"	85
4	En cuanto a la extinción del contrato	85
4.1	Resolución total o parcial	85
4.2	La cláusula resolutoria implícita (art. 1087)	86
5	Frustración de la finalidad del contrato. Art. 1090	87
6	La imprevisión. Art.1091	88
7	En definitiva, el trabajo realizado abarca una temática convocante, provocadora y a la vez compleja. Sólo he tratado de abrir algunas inquietudes, de formular reflexiones sujetas a la crítica y al intercambio valioso de ideas, así como de realizar algunos aportes que merecerán necesariamente ser profundizados	90

Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a Transparência Internacional

Cristiana Fortini, Fabrício Motta	93	
1	Corrupção: um problema social universal	93
2	Apontamentos da TI – Transparência Internacional sobre corrupção nas licitações e contratações públicas	95
2.1	Riscos na preparação da licitação	96
2.2	A escolha do vencedor	100
2.3	Fiscalização, gestão e controle	102
3	A Transparência como ferramenta de combate à corrupção e a Lei nº 12.527/11	107
4	Conclusão	111
	Referências	112

Teoria das contrafações administrativas

Ricardo Marcondes Martins	115	
1	Breve introdução	115
2	Conceitos jurídicos	117
3	Textos normativos	119
3.1	Liberdade de estipulação	120
3.2	Pressupostos da interpretação correta	122

3.3	Interpretação conforme a Constituição.....	124
3.4	Vontade do legislador.....	125
4	Espécies de contrafações administrativas.....	127
5	Apoio doutrinário	128
6	Apoio jurisprudencial	131
7	Consequências dogmáticas	133
8	Exemplos de contrafações administrativas.....	137
8.1	Permissão de serviço público.....	137
8.2	Empresas estatais	139
8.3	Concessão administrativa	140
8.4	Organizações sociais.....	141
9	Conclusões	143
	Referências	145

Visitando a definição de discricionariedade administrativa

André Saddy	149
Introdução.....	149
1 Multidisciplinaridade do estudo da discricionariedade administrativa e sua dificuldade de definição.....	151
2 Conceito de discricionariedade administrativa e sua diferença frente à atuação vinculada.....	156
3 Diferenças entre discricionariedade potencial e efetiva	157
4 Distinção entre a discricionariedade de atuação e a discricionariedade de eleição	163
5 Tipos de decisões discricionais	165
6 Modalidades discricionais.....	169
Conclusões	170
Referências	172

Da Lei Geral de Licitações ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas: um estudo sobre a modalidade e contratação integrada

Josué Mastrodi, Juliana Simões de Souza	177
Introdução.....	177
1 Breve histórico.....	179
2 O <i>contrabando</i> legislativo das medidas provisórias	180
3 A contratação integrada	183
3.1 O poder-dever da Administração Pública na fiscalização e execução dos contratos	186
4 O sigilo do orçamento	189
5 Considerações finais.....	192
Referências	195

Tributação, democracia e desigualdade na América Latina: o que podemos aprender com o Brasil?

André Felipe Canuto Coelho	197
Introdução.....	197
1 A carga tributária no Brasil numa perspectiva histórica.....	200
2 O sistema tributário: componentes, tendências e distribuição	202
3 Os incentivos políticos para a redistribuição: tudo pelo social.....	206
4 Por que é difícil fazer uma reforma tributária?	211
5 O atual contrato fiscal tem sustentabilidade?.....	213
Conclusão	217
Referências	219

Desjudicialização de políticas públicas e o Novo Código de Processo Civil – Contributo do Ministério Público e da Advocacia Pública à solução extrajudicial de conflitos	
Eduardo Cambi, João Paulo A. Vasconcelos	225
Introdução	226
1 A função jurisdicional na contemporaneidade	227
2 Escolhas públicas, pluralismo e democracia deliberativa	230
3 Políticas públicas: processualidade e democratização das decisões	233
4 <i>Desjudicialização</i> das políticas públicas e o Novo Código de Processo Civil	237
5 A atuação extrajudicial do Ministério Público e da Advocacia Pública na solução consensual dos conflitos	240
Conclusão	247
Referências	249
Concurso público e o direito subjetivo à nomeação: uma análise a partir dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal	
Tuany Baron de Vargas	253
1 A despesa de pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	253
2 O concurso público e o direito à nomeação	255
3 Implicações dos limites prudenciais da LRF no direito dos candidatos à nomeação.....	260
4 Conclusões	263
Referências	264
Abstracts	267
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	273